

A LINGUAGEM E O SILÊNCIO NO “TRACTATUS” DE WITTGENSTEIN

Por Diana Patrícia Ferreira de Santana*

Resumo: nosso objetivo é analisar o lugar do silêncio no “Tractatus” a partir do sétimo aforismo. O silêncio tractariano expõe os limites do que se pode falar quando analisamos o mundo fechado no espaço das possibilidades lógicas, mas sugere mais que isso. Há múltiplos silêncios e, esse silêncio que faz calar será nossa primeira pista para compreender seus outros modos de significação. Valendo-se de modo não estrito do contextualismo linguístico de Quentin Skinner, buscamos articular texto e contexto com vistas a uma compreensão melhor do autor e sua obra. Quando expõe os maus usos da linguagem, Wittgenstein o faz a partir da análise de proposições buscando o seu sentido em contextos muito específicos e constatando se ele é adequado ou absurdo segundo critérios bem definidos.

Palavras-chave: Wittgenstein. Linguagem. Silêncio. Tractatus.

Abstract: our goal is to analyze the role of silence in “Tractatus” from the seventh aphorism. The Tractarian silence exposes the limits of what we can speak when we analyze the world closed in the space of logical possibilities, but it suggests more than that. There are multiple silences and this silence that make us mute will be our first clue to understand their other types of meaning. Based on a free version of Quentin Skinner’s linguistic contextualism we seek to link text and context in order to achieve a better understanding of Wittgenstein’s life and work. When Wittgenstein exposes misunderstandings of language, he does so from the analysis of propositions seeking its meaning in very specific contexts and noting whether it is suitable or absurd according to well-defined criteria.

Keywords: Wittgenstein. Language. Silence. *Tractatus*.

1 Introdução

“A linguagem só pode ocupar-se significativamente de um segmento particular e restrito da realidade. O resto - e, presumivelmente, a maior parte - é silêncio” (STEINER, 2003, p. 38).

Compreendendo a leitura como uma grande aventura no universo das palavras e dos sentidos, pretendemos percorrer os labirintos da linguagem erigidos pelo filósofo Ludwig Wittgenstein no “Tractatus” assumindo o silêncio como fio condutor.

A leitura interpretativa de um autor enseja filtros e perspectivas daquele que lê. A elaboração de análises feitas a partir de seu repertório concepções não remete sempre às intenções que permeiam seus textos. Por outras palavras, é muito difícil um autor e suas ideias serem vistas única e estritamente sob as lentes do contexto particular e da perspectiva unilateral ou estrutural de seus textos. Por essa

razão nossa abordagem busca articular texto e contexto com o intuito de compreender não somente o autor, mas o autor em sua época. Esse viés se aproxima e incorpora de modo livre e não estrito o contextualismo linguístico de Quentin Skinner (2002).

É provável que muito se tenha a dizer sobre o “Tractatus” de Wittgenstein e, que muitos autores já tenham se debruçado sobre sua obra, mas buscamos também aquilo que é não dito, ou seja, o que o silêncio pode significar. E “significar”, no contexto desse artigo, significa “não ficar no signo” (PRADO JÚNIOR apud TORRES FILHO, 2004, p. 9).

2 O que se diz e o que se mostra

A gênese da distinção wittgensteiniana entre o **dizer** e o **mostrar** surgiu, de acordo com alguns autores¹, como consequência da concepção da lógica de G. Frege. Wittgenstein conheceu Frege em Jena durante seus estudos de engenharia e logo se interessou pelas questões de lógica estudadas por Frege. Conhecem-se 21 cartas² trocadas entre esses dois grandes pensadores e cogita-se que elas têm uma importância fundamental para o desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein e da lógica matemática durante sua estada em Cambridge. O tom das cartas revela uma intensa amizade e colaboração intelectual, mas que infelizmente se esgotou em função de inúmeras divergências. O biógrafo de G. Frege, Lothar Kreiser (apud FLOYD, 2001), sugere inclusive que Wittgenstein e Frege desistiram de entender-se um ao outro.

Segundo Engelmann, Frege teria construído uma conceitografia para a concepção lógica que desenvolvera e essa só poderia ser compreendida por quem já conhecesse a lógica de seu interior, porém a função da conceitografia é explicar os termos utilizados para quem não a entende e, ao tentar elucidá-los, Frege tropeça em vários equívocos. Diante desses equívocos... o silêncio.

Dentre as objeções que Frege sofreu, destacamos a que Benno Kerry elaborou em relação às “definições” de **conceito** e **objeto**. O lógico esclareceu que tais noções não eram propriamente “definições”, pois uma prova poderia prescindir delas sem perder a generalidade. Entretanto, o maior problema dessas objeções, para Frege, surge na seguinte proposição: “o conceito ‘cavalo’ é um conceito facilmente adquirido”. Kerry coloca em xeque, nessa proposição, o uso de símbolos para expressar enunciados (ENGELMANN, 2001).

Em lógica, podemos substituir as partes de uma

proposição por símbolos. As **proposições gerais** do tipo “Tudo é mortal” ou “Algo é belo” recebem essa denominação, pois não possuem nomes nem se referem a qualquer indivíduo **particular**. Já as proposições que possuem nomes são chamadas de **singulares**. Na proposição: “Dada qualquer coisa no universo, ela é mortal”, a palavra “ela” refere-se à “coisa”. Usando a variável x, podemos reescrevê-la da seguinte maneira: “Dado qualquer x no universo, x é mortal”. À expressão “x é mortal” chamamos de função proposicional (COPI, 1978, p. 281-284).

Na simbologia fregeana, os quantificadores quantificam sobre **todo** e qualquer objeto. No enunciado acima, x é parte do argumento e a expressão “x é mortal” (que poderíamos simplificar e chamar de Mx) é uma função proposicional em que x ocorre. Assim, a função é um fato, o que quer se seja que tomemos como seu argumento. Ora, para Kerry, na sua proposição, x é um objeto, mas existe a possibilidade de interpretarmos x também como um conceito, pois a expressão “o conceito ‘cavalo’” tem a forma: “o conceito x”. Eis o dilema de Frege e a base da distinção entre o **dizer** e o **mostrar**. Devido ao caráter universalista da concepção lógica de Frege, este não poderia postular algo exterior ao sistema lógico (uma metalinguagem) para esclarecer a noção de conceito e objeto, essas noções deveriam ser elucidadas dentro do sistema (da linguagem), uma vez que eram indefiníveis. No interior do sistema a parte da proposição “o conceito ‘cavalo’” não significa um conceito, pois cumpre o papel lógico de um objeto, mas parece significar um conceito. E por que não é um conceito? No entendimento de Frege, o conceito é pressuposto no objeto, ou seja, não falamos do conceito, mas do objeto particular que cai sob o conceito. Assim, Frege esclarece que à forma “o conceito F” corresponde um objeto e não um conceito. No entanto, o predicado “... é um conceito” exigiria um nome próprio ou um termo conceitual no lugar do argumento que nos levaria a afirmar de um objeto que ele é um conceito. Como x é um quantificador universal, qualquer argumento que preencher “... é um conceito” seria um objeto; inclusive poderíamos chegar a afirmar que “nada é um conceito”.

Engelmann (2001, p. 67) então questiona: “se não dizemos o que queremos com expressões como ‘o conceito F’, qual a natureza dessas expressões e o que é que significam?” Conclui seu artigo informando que Frege abandona a perspectiva de considerar tais expressões como

objetos, postulando serem expressões malformadas, resultantes da insuficiência da linguagem. Há, portanto, pensamentos que não podem ser expressos pela linguagem. Contudo, a linguagem de Frege é a lógica, e uma perspectiva externa a ela (uma metalógica) não era tolerável. Frege parece ter algo a dizer, mas não pode, pois é silenciado. Do seu ponto de vista, é a própria linguagem que o silencia; ele a acusa de produzir falsificações e de o distanciar do reto pensamento.

Ao escrever o “Tractatus”, Wittgenstein tem como pano de fundo essas questões que emergiram de seu relacionamento com Frege e pautaram várias cartas trocadas por ambos. Entretanto, Wittgenstein não é tão impiedoso com a linguagem, pois sabe que essas ilusões são frutos de nossas frustradas tentativas de apreender algo inapreensível. O aparente paradoxo de Kerry não chega a ser um mau uso da linguagem em sentido amplo, mas um uso inadequado dos critérios gramaticais adotados por Frege. A proposição “o conceito ‘cavalo’ é um conceito facilmente adquirido” nos dá a falsa impressão de ter algum sentido, entretanto sua forma gramatical não coincide com a forma lógica, pelo menos é o que Wittgenstein parece querer **mostrar** entre os aforismos 4.1241 e 4.1272 de sua obra primeira.

Na introdução do “Tractatus”, Bertrand Russell expõe quatro problemas típicos da linguagem e afirma importar a Wittgenstein essencialmente a questão lógica, ou seja: “Importam-lhe as condições de um Simbolismo *acurado*, isto é, um Simbolismo em que uma sentença ‘signifique’ algo bem definido” (RUSSELL apud WITTGENSTEIN, 2002, p. 114).

Wittgenstein entende que, na prática, a linguagem é imprecisa e as condições de uma linguagem perfeita é algo a ser destacado. Importar-se com estas condições não significa postular uma linguagem logicamente perfeita ou afirmar a superioridade da linguagem lógica sobre a cotidiana, nem mesmo que seremos capazes de construí-la se conhecermos essas condições. Nada disso é afirmado no “Tractatus”. Segundo Russell (apud WITTGENSTEIN, 2002, p. 114), “toda função da linguagem deve ter significado, e ela só cumpre essa função na medida em que se aproxima da linguagem ideal que postulamos”. Destarte, importa saber por que não é possível dizer tudo nem mesmo nessa suposta linguagem ideal.

3 As leituras anglofónas do Tractatus

A tese fundamental do “Tractatus”, no entendimento de Russell (apud WITTGENSTEIN, 2002, p. 114), é: “Para que uma certa sentença

afirme um certo fato, deve haver, como quer que esteja construída a linguagem, algo em comum entre a estrutura da sentença e a estrutura do fato” e “o que deve haver de comum entre a sentença e o fato” não pode ser *dito* na linguagem, mas ser *mostrado* utilizando a estrutura da linguagem. Dessa maneira, há um momento em que a linguagem silencia e o que passa a “significar” é sua estrutura.

Wittgenstein afirma que “Figuramos os fatos” e “A figuração é um modelo da realidade”, mas entre a figuração e a realidade deve haver algo de comum que é a sua forma de afigurar (WITTGENSTEIN, 2002, p. 143/145). Entretanto, essa operação apenas exhibe a realidade cuja forma ela tenha, mas a forma de operar não pode ser afigurada, apenas exibida (WITTGENSTEIN, 2002, p. 145). Russell fala de estrutura, Wittgenstein de forma. Estariam se referindo de modo diferente à mesma coisa? Se, por *estrutura* e *forma* ambos querem dizer “modelo”, caberia um esclarecimento dos termos, mas a divergência de ambos vai além desses detalhes técnicos.

Há muitas controvérsias e interpretações sobre o “Tractatus”. A mais tradicional e impetrada por seus contemporâneos considera que, no “Tractatus”, ao se referir àquilo que não pode ser dito, Wittgenstein estaria falando do inefável, do místico; de certo “conteúdo oculto” exibido indiretamente pelas sentenças (MCGUINNESS, 1988). Se esse não for o caso, então, há, no “Tractatus” uma série de obscuridades e incoerências. Outra linha de interpretação conhecida como revisionista entende que tais obscuridades fazem parte da estratégia do autor e devem ser desprezadas ao término da leitura. São degraus de uma escada que o próprio Wittgenstein nos pede que joguemos fora, como sugere o seguinte aforismo:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como absurdos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.). Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente (WITTGENSTEIN, 2002, p. 281).

Entretanto, a dificuldade é reconhecer quais sentenças devem ser desprezadas ou não. James Conant, um dos representantes da interpretação revisionista, já defendeu a posição de que *todas* as proposições deveriam ser descartadas (CONANT, 1989, p. 274), mas voltou atrás e passou a considerar que as sentenças elucidatórias deveriam ser consideradas, pois são elas que nos fazem subir os degraus. Mas, quais são elas? Wittgenstein afirma numa nota do “Tractatus” que os decimais

indicam o peso lógico de suas proposições. As sete proposições “inteiras” são:

1. O mundo é tudo que é o caso.

[...]

2. O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.

[...]

3. A figuração lógica dos fatos é o pensamento.

[...]

4. O pensamento é a proposição com sentido.

[...]

5. A proposição é uma função de verdade das proposições elementares.

[...]

6. A forma geral da função de verdade é: [não-p, não-î, N (não- î)]. Isso é a forma geral da proposição.

[...]

7. Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar. (WITTGENSTEIN, 2002, p. 135-281).

Seriam essas proposições os degraus da escada e as proposições intermediárias aquelas que nos fazem subir? Seria possível indicar um critério?

O “Tractatus” não é um livro para qualquer leitor. Quem poderia ou deveria entender Wittgenstein senão seus próprios interlocutores? Quem é capaz de reconhecer uma proposição logicamente malformada senão os profissionais que se dedicam ao estudo da lógica? O filósofo austríaco dá a seu livro o nome de “Tractatus Logico-Philosophicus”. Poderia chamá-lo simplesmente de “Tractatus Lógico”, mas queremos crer que o termo *Philosophicus* não é mero ornamento na medida em que Wittgenstein entende a filosofia como uma atividade que visa ao esclarecimento. A obra é apresentada na forma de aforismos, mas parece evocar, nas entrelinhas, um diálogo. Um diálogo de Wittgenstein com Russell, com Frege, com os demais lógicos de sua época³ e um autodiálogo. Wittgenstein exhibe a possibilidade de violarmos regras de sintaxe para produzir efeitos de entendimento; ao projetar em certas palavras um sentido diferente daquele que elas deveriam ter em seu uso cotidiano. A forma geral da proposição, no fim das contas, parece não corresponder à forma lógica. Entendemos o que está escrito, pois a justaposição de palavras faz sentido, mas a mensagem é obscura. Qual seria então a lógica dessa linguagem?

4 “Tractatus” X “Tractatus”

Se tomarmos a proposição 4 do “Tractatus”: “O pensamento é a proposição com sentido”, logo percebemos que as proposições sem sentido estão fora daquilo que nosso autor designa ‘figuração

lógica’. Contudo, as proposições sem sentido constituem, no universo da linguagem ordinária, a maioria das proposições do mundo. O que nosso autor pretende mostrar é essa tensão entre a necessidade interna da captura de uma estrutura que fosse conforme à estrutura do mundo por meio de proposições factuais e uma enorme dificuldade lidar com a realidade exterior, que escapa a qualquer tentativa de conformidade. Se Wittgenstein nos diz que o pensamento é a figuração lógica dos fatos, o que dizer daqueles modos de pensamento que não são expressáveis por proposições factuais? Calar?

Calar é ficar aquém do mundo e de todas as suas possibilidades linguísticas, mas também pode significar uma retirada estratégica de aceitação dos limites dessa linguagem num primeiro momento e, em um segundo momento, de preparação para encarar outros modos de pensamento. Otto Neurath afirma que:

[...] a conclusão do “Tractatus” é, pelo menos gramaticalmente, enganosa. Soa como se houvesse um “algo” de que não se podia falar. Em vez disso, devemos dizer: se realmente desejamos evitar a atitude metafísica por completo então deveremos “ficar em silêncio”, mas não “sobre algo” (NEURATH apud ENGELMANN, 2001, p. 45).

Não há, em princípio, algo sobre o qual não se possa falar, nos calamos por outras razões: por faltar acordo ou convicção, por ignorância, por temor e até mesmo por vontade. No caso de Wittgenstein, o silêncio remete à impossibilidade de tratar as **proposições metafísicas**⁴ como proposições factuais, num espaço que tem a lógica por pano de fundo.

Pears (1971) sustenta que Wittgenstein tirou a estrutura do “Tractatus” da “Crítica da Razão Pura” de Kant (de 1781) por meio da tácita interlocução de Schopenhauer e, mesmo na segunda fase de sua filosofia, nunca chegou a destruí-la. Enquanto Kant discute, na “Crítica”, os limites do pensamento; Wittgenstein, discute, no “Tractatus”, os limites da linguagem e sustenta que “a linguagem se detém necessariamente numa linha de fronteira” traçada por Wittgenstein “que, para além, só o silêncio pode existir” (PEARS, 1971, p. 49).

Se a proposição constitui uma função de verdade no discurso veiculado pelo “Tractatus”, que tratamento se deve dar às proposições da religião e da moralidade? Elas são proposições verdadeiras? Caberia, como resposta a essa pergunta, uma análise da palavra **verdade**, mas o trabalho de elucidação filosófica proposto por Wittgenstein faz essa análise cair justamente nessa fronteira, nessa “terra de ninguém”, em que o uso da palavra **verdade** flutua. Como seu projeto é demarcar os

limites da linguagem sob o pano de fundo da lógica (de acordo com seus intérpretes), não pode pressupor algo externo a ela, uma metalinguagem, ou, como fez B. Russell, invocar uma hierarquia de linguagens. Deve haver diferentes usos da palavra **verdade**. Machado afirma que a relação entre significado e uso já havia sido identificada por Wittgenstein no “Tractatus” (MACHADO, 2001, p. 28), mas distinguir entre a verdade necessária identificada numa tautologia e a que era invocada nas proposições factuais e não-factuais ainda estava em aberto.

Nos últimos aforismos do “Tractatus”, Wittgenstein reconhece que não é possível expressar aquilo que deseja:

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer; senão o que se pode dizer; portanto, as proposições da ciência natural - portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico mostrar que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele insatisfatório - não teria a sensação de que lhe estivessemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto. (WITTGENSTEIN, 2002, p. 281).

Se, para ver o mundo corretamente é preciso sobrepujar as proposições do “Tractatus”, então o mundo não é tudo que é o caso, ou seja, a filosofia não pode fazer proposições usando o mesmo método das ciências naturais, pois as proposições da filosofia não são fatos. Wittgenstein parece usar o método de demonstração por absurdo da matemática para mostrar sua conclusão. Pears afirma que “a obra tenta expressar, de maneira factual, coisas que de maneira factual não podem ser expressas. Assim, esgotada essa tarefa, a obra volta-se contra si mesma e a si mesma se elimina” (PEARS, 1971, p. 58).

5 A leitura vienense

Janik e Toulmin (1972) salientam que o conturbado período da Viena dos Habsburgo exerceu enorme influência nos cidadãos e em sua produção cultural; esses aspectos estão resumidos de modo conciso no *Tractatus* de Wittgenstein. Os autores sugerem que a interpretação anglófona do “Tractatus”, empreendida principalmente pelos historiadores da lógica e filósofos da linguagem contrasta com a interpretação vienense e, para compreender essa divergência, é necessário atentar para os diferentes modos como a cultura vienense se diferenciava da cultura da Grã-Bretanha e da Nova América no que diz respeito à arte, ciência, política e à lógica.

Os paradoxos que afligiam a sociedade vienense em fins de século e à frente da guerra eram o estopim para explosões críticas de caráter social, mas também o elemento que deflagrava as produções mais criativas. Podemos citar, a título de exemplo, as incursões na música dodecafônica, as inovações na arquitetura moderna, a pintura não figurativa e a psicanálise. Viena era a um só tempo a “cidade dos sonhos” e o “campo de provas da destruição do mundo” (JANIK; TOULMIN, 1972, p. 21). Esses paradoxos repercutiram no jovem Wittgenstein, entretanto o fato desse ter sido apresentado à comunidade filosófica de Cambridge por B. Russell e ser aclamado por G. E. Moore como “gênio” em função do “Tractatus”, imprimia às suas ideias um *status* anglo-cambridgeano que o incomodava. Uma das indignações do filósofo austríaco era a “naturalização” de suas ideias. Janik e Toulmin acreditam que uma questão de ordem cultural impedia que o público inglês de Cambridge, formado em uma tradição empirista neo-humeana entendesse as intenções de Wittgenstein, cujos problemas intelectuais e atitudes pessoais haviam sido formados num ambiente de tradição neokantiana anterior a 1914, no qual a lógica e a ética estavam essencialmente conectadas entre si e com a crítica da linguagem. Basta atentar para o lema do “Tractatus” ao mencionar Ferdinand Kürnberger.⁵

A importância do “Tractatus” como uma obra cuja contribuição se acentua no campo da lógica matemática e da filosofia analítica é uma das sombras que obscurece outras questões importantes que inquietavam o jovem Wittgenstein. Nas páginas finais de sua obra, a partir da proposição 6.4, Wittgenstein volta suas preocupações para temas como o solipsismo, a morte e o sentido do mundo, ou seja, questões de ordem metafísica. Russell tem uma compreensão totalmente equivocada quanto a esses últimos enunciados. Por outro lado, os leitores austríacos de Wittgenstein estavam em consonância com as questões que o afligiam e a recepção do “Tractatus”, naquele contexto, era um Tratado de ética, não de lógica como se podia pensar. Uma das interpretações do “Tractatus”, empreendida por Engelmann, assinalava que a ideia básica de Wittgenstein era a separação da ética de toda sorte de embasamento intelectual, pois a ética era uma questão de “fé sem palavras” (ENGELMANN apud JANIK; TOULMIN, 1972, p. 27). Desse ponto de vista, é compreensível a recusa de Wittgenstein à introdução feita por B. Russell.

Não parece curioso também que alguém com a vocação para a filosofia atestada por um dos principais lógicos de sua época⁶ resolvesse abandonar aquilo que, a princípio, parecia encher-lhe de entusiasmo, para tornar-se um mestre de escola primária. Uma certa obsessão pelo tema da morte também parecia envolver a vida de Wittgenstein desde sua adolescência, quando lhe ocorrem as primeiras ideias suicidas e, posteriormente, quando se alistou como soldado, justificando que, encarar a morte, o tornaria um homem decente (WITTGENSTEIN apud HEATON, 2002). Monk (1991) sugere que o engajamento do jovem pensador decorre dessas ideias suicidas e sustenta sua hipótese lembrando o impacto dos suicídios de Rudolf, Kurt, Hans (irmãos de Wittgenstein) e mais dois autores da estima do jovem, Otto Weininger e Boltzmann. Durante sua “peregrinação” como jardineiro, procurado por Ramsey, o filósofo teria dito que não pretendia voltar aos estudos, pois sua mente já não era mais flexível. Anos depois, após uma suposta “reconciliação” com a filosofia, graças aos esforços de Moore para que ele defendesse sua tese, Wittgenstein viria a substituir o próprio Moore em sua cátedra. É dessa época as obras: “O caderno azul” e “O caderno marrom”, referência à cor dos cadernos onde Wittgenstein anotava suas reflexões para as aulas que ministrava. Entretanto, quando eclode a Segunda Guerra, desiste mais uma vez da filosofia optando por trabalhar como porteiro ou ajudante de laboratório.

O silêncio, no “Tractatus”, não surge porque não se tem algo a dizer, ou porque se tem pouco a dizer; ao contrário, o silêncio nessa obra surge por se ter muito a dizer e **o como dizer** é o cerne do problema. É como se o pensamento corresse na frente das palavras e essas ficassem para trás. Ao estabelecer os limites da linguagem, Wittgenstein tropeça em seus próprios limites. Ilse Somavilla assegura que:

O *ethos* elevado que paira diante de Wittgenstein tanto na vida como no trabalho estava direcionado para aquela luz límpida, direcionado para a clareza perfeita, para a “transparência” que só pode ser atingida por meio do mergulho abaixo da superfície. Isso significa, na filosofia, agarrar as dificuldades *profundamente* - e não de modo “fútil”, superficial -, por assim dizer, “arrancá-las com raiz e tudo”, criar uma nova forma de pensamento” (SOMAVILLA, 2012, p. 108).

O paradoxo do “Tractatus” se evidencia no fato de Wittgenstein ter se proposto a escrever um tratado ético, mas conclui que não é possível. O livro cumpre apenas uma parte do projeto. Sua intenção foi construir uma crítica da linguagem capaz de mostrar,

simultaneamente, que a lógica e a ciência cumprem um papel dentro da linguagem descritiva ordinária, mediante a qual produzimos uma representação do mundo análoga aos modelos matemáticos dos fenômenos físicos. No entanto, como as questões relativas à ética, aos valores e à significação da vida estavam fora dos limites da linguagem descritiva, se tornam, no melhor dos casos, em objetos da ordem do inefável, transmitidos por meio da linguagem indireta ou poética. De acordo com Engellmann:

O positivismo sustenta - e esta é sua essência - que aquilo sobre o que podemos falar é tudo o que importa à vida. Entretanto Wittgenstein acredita ardentemente que tudo aquilo que realmente importa na vida humana é precisamente aquilo sobre o que, do seu ponto de vista, devemos guardar silêncio (ENGELMANN apud JANIK; TOULMIN, 1972, p. 241).

Não poderiam existir assim proposições éticas, pois elas estariam fora do discurso racional. O mundo dos fatos se distingue do mundo dos valores. Wittgenstein deve esperar e se reconciliar com as palavras, distinguir os ecos de seus sons particulares. Orlandi diz que “não estamos nas palavras para falar delas, mas com elas” (ORLANDI, 2007, p. 15). Do interior da linguagem, e nesse viés, no interior do jogo tractariano, o silêncio poderia implicar no não-dito, mas é esse não-dito que garante o movimento dos sentidos. Wittgenstein dá cabo da obra instaurando o silêncio, mas não dá cabo à busca, pois inaugura outras possibilidades de significação para compreensão da linguagem. Se “um livro deve valer por tudo o que nele não deveu caber” (ROSA, 1967, p.12), como afirmou Guimarães Rosa, então o “Tractatus” tem lugar garantido.

6 Conclusão

No “Tractatus” a linguagem é entendida como um conjunto de elementos funcionais em que a proposição constitui a unidade básica. Esses elementos, quando conectados, formam proposições que representam os objetos do mundo. A fim de discutirmos sobre o mundo e sobre os fatos que nele ocorrem recorreremos à linguagem. Para Wittgenstein essas conexões estabelecidas entre os elementos da linguagem tinham caráter lógico, isto significa, *grosso modo*, que esses elementos (símbolos, caracteres alfabéticos, mas também certas propriedades e funções próprias das palavras) não se ordenavam de modo arbitrário. Afinal, não é qualquer concatenação de palavras, termos e sinais gráficos que constituem uma proposição com significado. Essa concatenação se articula logicamente.

Contudo, nem tudo que pode ser pensado pode ser dito. Por outro lado, o que pode ser pensado e não dito se manifesta na linguagem de outros modos. Wittgenstein assume aqui uma postura muito semelhante à de Kant na “Crítica da Razão Pura” quando esse afirma que nosso pensamento não conhece limites (KANT, 2001). Por não conhecer esses limites nossos pensamentos costumam nos conduzir às mais fantásticas fantasias e devaneios, são deles que surgem as artes, a literatura, as crenças religiosas e a música, bem como a ciência; o problema é que essa última não pode se pautar em fantasias. A razão, quando se entusiasma, permite que a imaginação fique cheia de concepções grandiosas e confusas. Na tentativa de explicá-las os homens elaboram teses, leis e tratados que nos conduzem a paradoxos e mal-entendidos. Para Kant, uma vez que os usos ilegítimos da razão só podem ser julgados pela própria razão, faz-se necessário sua crítica imanente. Wittgenstein, por seu turno, entende que esses pensamentos só ganham corpo e se expandem por meio da linguagem; nesse sentido o papel da filosofia é trazer a linguagem ao seu lar original e fazer uma crítica da linguagem.

Notas:

¹ Sobre essa assertiva, consultar Engelmann (2001). Engelmann cita ainda Ricketts (1985).

² Tais cartas foram publicadas pela primeira vez na edição “Grazer Philosophische Studien” como “Gottlob Frege: Briefe an Ludwig Wittgenstein”, organizada por Janik e Berger (1989).

³ Em “Notebooks 1914-1916”, há uma série de trechos de cartas endereçadas a B. Russell sobre lógica que se referem a questões levantadas no *Tractatus*. As que estavam sob a posse de B. Russell foram publicadas em “Letters to Russell, Keynes and Moore” (WITTGENSTEIN; VON WRIGHT, 1974). As cartas de Russell e Frege endereçadas a Wittgenstein só vieram a público após junho de 1988 e podem ser encontradas em *The Brenner Archive Research Institute at the University of Innsbruck*. Uma carta resposta de Frege a Wittgenstein pode ser encontrada em “Gottlob Frege: Briefe an Ludwig Wittgenstein” organizada por Janik e Berger (1989). Infelizmente, a carta de Wittgenstein que motivou essa resposta perdeu-se por ocasião do bombardeio dos aliados durante a Segunda Grande Guerra em 1945 e que destruiu o Frege-Archiv na Universidade de Münster. O livro de Wittgenstein foi também objeto de estudo do Círculo de Viena. As discussões que Wittgenstein manteve com M. Schlick e Waismann estão registradas em “Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis” (WAISMANN et al., 1967). Já as discussões de Wittgenstein com R. Carnap podem ser vistas na autobiografia de Carnap publicada em “The Philosophy of Rudolf Carnap” (CARNAP, 1963).

⁴ Entende-se por proposições metafísicas aquelas que se referem aos fundamentos, aos princípios, às leis gerais e às condições de existência de certas entidades considerados na sua totalidade.

⁵ Ferdinand Kürnberger foi um importante jornalista e poeta austríaco que esteve envolvido com as revoluções de 1848; foi considerado, nos anos de 1870, um expoente do gênero *feuilleton*. A citação que aparece no início do *Tractatus* de Wittgenstein foi extraída do “Denkmalsetzen in der Opposition”, um exemplo do gênero *feuilleton* publicado no Deutsche

Zeitung em 1873. A linguagem e o tom desses textos eram característicos do estilo literário vienense, em particular Kürnberger faz uso de aforismos e paradoxos para se referir à sociedade vienense. “Essa tendência em ver uma situação como paradoxal e a representá-la numa linguagem paradoxal e autodestrutiva será empregada no *Tractatus* de Wittgenstein” (ROHLOFF, [s.d.], p. 4).

⁶ Bertrand Russell teria incentivado Wittgenstein a continuar seus estudos de lógica quando esse lhe perguntou se deveria.

Referências:

- CARNAP, R. *The philosophy of Rudolf Carnap*. Cambridge: Cambridge University, 1963.
- CONANT, J. Must we show what we cannot say? In: FLEMING, R.; PAYNE, M. (Ed.). *The senses of Stanley Cavell*. Lewisburg: Buckwell University Press, 1989.
- COPI, I. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- ENGELMANN, M. A origem fregeana da distinção entre dizer e mostrar do *Tractatus* de Wittgenstein. *Cadernos Wittgenstein*, São Paulo, n. 2, p. 59-77, 2001.
- FLOYD, J. The Frege-Wittgenstein correspondence: interpretative themes. In: PELLEGRIN, E. (Ed.). *Interactive Wittgenstein: essays in memory of Georg Henrik von Wright*. London: Springer, 2001.
- HEATON, J. *Wittgenstein para principiantes*. Buenos Aires: Era Naciente, 2002.
- JANIK, A.; TOULMIN, S. *La Viena de Wittgenstein*. Madrid: Taurus, 1972.
- JANIK, A.; BERGER, P. Gottlob Frege: Briefe an Ludwig Wittgenstein. *Grazer Philos. Stud.*, v. 33/34, p. 5-33, 1989.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- MACHADO, A. A terapia metafísica do *Tractatus* de Wittgenstein. *Cadernos Wittgenstein*, São Paulo, n. 2, p. 5-57, 2001.
- MCGUINNESS, B. *Wittgenstein: a life - young Ludwig (1889-1921)*. London: Duckworth, 1988.
- MONK, R. *Ludwig Wittgenstein: the duty of genius*. London: Vintage Books, 1991.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.
- PEARS, D. *Ludwig Wittgenstein*. New York: Harvard University Press, 1971.
- RICKETTS, T. Frege, The Tractatus and the Logocentric Predicament. *Nous*, p. 3-15, 1985.
- ROHLOFF, W. *An aphorism in opposition: Wittgenstein, Kürnberger and the Motto to the Tractatus*. [s.l.]: [s.n.], [s.d.] (Mimeografado).
- ROSA, J. *Tutaméia: terceiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- SKINNER, Q. *Visions of politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University, 2002, v. 1.
- SOMAVILLA, I. Luz e sombras: pensamentos sobre os textos de Wittgenstein. In: WITTGENSTEIN, L. *Luz e sombras: uma experiência (onírica) e um fragmento de carta*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- STEINER, G. *Lenguaje y silencio: ensayos sobre la literatura, el lenguaje y lo inhumano*. Barcelona: Gedisa, 2003.
- TORRES FILHO, R. R. *Ensaio de filosofia ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico philosophicus*. London and New York: Routledge & Kegan Paul, 2002.
- WITTGENSTEIN, L.; VON WRIGHT, G. *Letters to Russell, Keynes and Moore*. Oxford: Blackwell, 1974.
- WAISMANN, F. et al. *Wittgenstein und Der Wiener Kreis*. Oxford: Blackwell, 1967.

* Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp; professora efetiva do Instituto Federal do Paraná-Campus Ivaiporã